



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REALIDADES DA PERIFERIA POBRE EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA: UM OLHAR SOBRE A
FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO CRUZEIRO

Rízia Mendes Mares (UESB) - rizzia_mm@yahoo.com.br

Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Geografia

Realidades da Periferia Pobre em Vitória da Conquista/BA: um Olhar Sobre a Formação Socioespacial do Bairro Cruzeiro

Resumo: Esse artigo propõe uma discussão inicial acerca da formação de áreas segregadas em cidades médias, pautando na experiência de vida de moradores residente na periferia pobre de Vitória da Conquista/BA. Objetiva-se analisar os processos que levam a formação de fenômenos socioespaciais considerando o processo histórico de formação do bairro Cruzeiro para compreensão de como essa população atua na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista e sobre os fatores que condicionaram esse bairro a caracterizar-se como uma área segregada. Pautando ainda na forma como a população segregada mantém, ou não, relações com as demais áreas da cidade, à luz das influências econômicas e políticas que envolvem essas relações e aumentam as diferenças existentes entre espaços da cidade, na sua apropriação e consumo.

Palavras-chave: Urbanização. Segregação. Periferia. Espaço urbano.

Notas introdutórias: os caminhos da urbanização no Brasil

Esse texto propõe uma discussão inicial acerca da formação de áreas segregadas em cidades médias, pautando na experiência de vida de moradores residente na periferia pobre de Vitória da Conquista/BA. Objetiva-se analisar os processos que levam a formação de fenômenos socioespaciais considerando o processo histórico de formação do bairro Cruzeiro para compreensão de como essa população atua na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista e sobre os fatores que condicionaram esse bairro a caracterizar-se como uma área segregada.

O processo de urbanização traz consigo grandes modificações nas estruturas físicas da cidade assim como nas estruturas socioeconômicas, por ser um movimento que permeia e interfere em todos os âmbitos da vida em/da sociedade. Segundo M. Santos (1996), esse processo foi alavancado no Brasil a partir da década de 1950, considerando assim, as transformações estruturais por que passou a sociedade brasileira desde então, quando o território iniciou um processo de crescimento e integração nacional, no qual as relações sociais foram significativamente alteradas e intensificadas, e que o processo de urbanização também se intensificou.

As alterações advindas desse processo não se restringiram apenas ao ambiente da cidade, o mesmo invadiu o campo ao mecanizar as atividades agrícolas em detrimento do avanço do processo de industrialização no campo. Como resultado tem-se o esvaziamento do campo pela expulsão de trabalhadores do seu local de trabalho e moradia por não encontrarem mais condições para a reprodução da vida.

Ainda de acordo com M. Santos (1996), esse esvaziamento do campo, resultante da reprodução industrial do capital, deve-se, principalmente, a duas questões que se relacionam: a expulsão da força de trabalho no campo pela perda dos meios de sobrevivência, dada a modernização técnica do trabalho e a concentração de terras nas mãos de uma pequena elite; e a atração da força de trabalho na cidade, motivada pela busca de meios de sobrevivência, pois já não os encontravam no campo.

As cidades, assim, passaram a experimentar um crescimento populacional significativo e tiveram suas estruturas alteradas, motivadas pela grande concentração urbana. Em decorrência dessa desenfreada concentração populacional nos centros urbanos houve, entre outros, a formação de processos socioespaciais como a periferação e a segregação, decorrentes do aumento demográfico, em consequência do esvaziamento do campo (MARICATO, 2002).

M. Santos (1996) também pontua que, aos poucos, a população foi percebendo que a realidade na qual estava inserida era totalmente o oposto do que imaginava ser a cidade. Não havia emprego, não havia um acompanhamento pelo o Estado, não havia perspectivas de melhorias na condição de vida. O que se apresentara foi a precarização do trabalho, da moradia, dos serviços, do homem, uma precarização da vida.

A infraestrutura apresentar-se-ia como condição básica para possibilitar a população uma melhoria na qualidade de vida. E, nesse sentido, Seabra (2000) aponta o Estado como aquele que deveria proporcionar esse bem estar, com boas condições de se viver e habitar. Porém, as ações estatais não chegaram à população da forma como necessitam, principalmente as áreas que não eram de seu interesse, como as áreas periféricas pobres, por não representarem um investimento, algo que traria um retorno pelo capital investido. Segundo a mesma autora:

O Estado atua produzindo o espaço sobre uma base já dada – histórica, e o faz, só o faz, por “pacotes”: os grandes projetos, sejam eles de milhares de casinhas ou prediozinhos, sejam eles ainda, de grandes, largas, imponentes e muitas vezes horrorosas avenidas e auto-estradas, que atravessam áreas antes urbanizadas. Assim, na atualidade, como necessidade da modernização/industrialização e da fragmentação do espaço, segue-se produzindo homogeneidades que quebram as formas e estruturas pregressas. (SEABRA, 2000; p. 75)

Assim, agindo como um produtor do espaço o Estado promove também a formação de processos socioespaciais, ou ainda, nas palavras de Souza (2008), é o agente causador da segregação e repressor das camadas populares. Essas ações são influenciadas entre outros, pelo poderio da estrutura capitalista que, segundo Lojkine (1997) subordina as ações estatais aos comandos da economia capitalista e é marcado por uma relação conflituosa entre lutas de classes e estruturas econômicas, que vão influenciar nas formas de apropriação e consumo do espaço, na distribuição de equipamentos urbanos. O mesmo autor reitera que:

Agente da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbano. Longe de unificar o aparelho do Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suporte de funções sociais contraditórias. (LOJKINE, 1997; p. 193)

Desse modo, vê-se que o resultado dessa subordinação estatal aos comandos capitalistas alimenta as contradições sociais, ao passo que causa uma diferenciação na distribuição de equipamentos urbanos e uso fragmentado do espaço e dos valores agregados ao mesmo.

Percebe-se cada vez mais uma corrida pela apropriação do espaço para uso do solo urbano, já que a área da cidade não mais dá conta população crescente. Assim. A tendência é que as áreas rurais sejam integradas as áreas urbanas o que Souza (2008) chama de áreas periurbanas. Esses recortes espaciais passam a caracterizarem-se como periféricas e serem loteada para interesses do setor imobiliário, que também figura como um elemento que determina a ocupação e apropriação do solo urbano. A mesma autora pontua que:

O padrão periférico de crescimento, processo pelo qual áreas rurais foram sendo sucessivamente incorporadas à textura urbana, acabou formando um enorme tecido urbano sempre em expansão, no qual se sucedem loteamentos/ônibus/fábricas/trens/bairros operários [...] (SEABRA, 2000; p. 74)

Assim, tanto as paisagens urbanas como as rurais se misturam ou se fundem pela lógica de homogeneização a qual estão submetidas, o tecido urbano se estende evidenciando as necessidades da população que passa a viver nessa área.

Na emergência em sanar essas necessidades, agentes como o Estado e o setor imobiliário, considerando ainda o invólucro que permeia essas relações, o capitalismo, surge como elementos de fomento à formação da periferia, determinando preços do solo urbano e quem deve habitá-los, tornando a cidade fragmentada ao ponto de determinar

quem se apropria dos espaços e que classes o fazem, alimentando processos socioespaciais como a segregação espacial. (SEABRA, 2000).

Processos socioespaciais em discussão: periferização e segregação

A cidade é algo dinâmico e complexo, e para compreender essa complexidade é preciso analisar as estruturas que dão forma à cidade e os processos sociais enquanto produtores do espaço, o que torna a vida na cidade ativa e dinâmica. Assim, segundo Villaça (1998), para podermos compreender as estruturas socioespaciais da cidade um aspecto se faz importante que é o estudo sobre a segregação, por se tratar de uma formação territorial para grupos sociais separados evidenciando a forma como o espaço urbano da cidade é produzido.

A segregação, segundo Villaça (1998), caracteriza-se pela localização de uma população numa determinada fração do espaço apresentando características comuns, porém, essas características que tornam uma determinada área homogênea se diferem das demais áreas. Nesse mesmo sentido, corrobora com o pensamento de Castells (1993) quando ainda afirma que as diferenças existentes entre essas áreas fomentam uma hierarquização nas relações, quando pontua que:

A segregação urbana seria em uma primeira aproximação a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia. (CASTELLS, 1993; p. 148)

As diferenças que influenciam ou mesmo determinam a caracterização de áreas segregadas, segundo Souza (2008), podem ser atribuídas a fatores econômicos, de poder, de status etc., e essas diferenças entre os grupos sociais vão transparecer no espaço urbano na forma como os mesmos se apropriam e passam viver.

O mesmo autor reitera que não se trata apenas do fator econômico, mas precisamente a renda ou, a falta dela, “força” a população carente a residir em áreas pauperizadas, sem uma estrutura que lhe dê suporte para reprodução da vida, onde geralmente são privados da apropriação e consumo de outros espaços já destinados às classes que detêm o poder na sociedade.

Assim, para Lojkine:

A segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, é determinado pela nova divisão social e espacial do trabalho. (LOJKINE, 1997, p.146)

Percebe-se que esse tipo fenômeno é um extrato do modelo social em que estamos inseridos, que fomenta a divisão socioespacial do trabalho verticalizando as relações e determinam as funções que os grupos sociais devem desempenhar, além de disseminar as desigualdades advindas da estrutura capitalista e que também estão em seu cerne, como coloca Souza (2008): “A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades, ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos.” (p. 84).

A ideia de segregação, muitas vezes, está relacionada à de periferia, é o que discute Sogame (2001) quando pontua que, com a expansão do tecido urbano, as áreas periféricas foram dilatadas, o que Seabra (2000) chama de padrão periférico de crescimento. Desse modo, percebe-se um movimento de incorporação de novos espaços a cidades, sendo essas novas áreas privadas de infraestrutura urbana, precariedades na moradia, problemas com a mobilidade, e Sogame (2001) reitera que esses fatores acabam por definir essas áreas de segregação socioespaciais.

O mesmo autor ressalta que não se devem englobar todas as áreas periféricas como segregadas, pois não o são, pois existe um conjunto de fatores na hierarquia urbana que vão “qualificar” ou não uma área segregada, a exemplo: quanto à distância em relação ao centro de bens e serviços, Sogame (2001) coloca que quanto maiores as distâncias, menores serão as condições econômicas (renda) e maiores as precariedades na habitação.

O mesmo se aplica quando Souza (2008) expõe que dado ao baixo poder aquisitivo da população carente, que tende a se residir em locais distantes dos grandes centros, e afirmar ainda que por essa razão, essas pessoas não escolhem esses locais para viverem, elas são obrigadas a isso.

Ainda nesse conjunto de fatores, Sogame (2001) considera em sua análise a questão da infraestrutura e a disponibilidade de equipamentos urbanos, de como se dá a sua distribuição e frequência no consumo e acesso a serviços, ressaltando casos em que não há o oferecimento de nenhum tipo de suporte (infraestrutura, serviços etc.) a essas áreas que passam a sobreviver na ilegalidade para tentarem suprir algumas dessas carências. Em suma, Sogame pontua que:

Nos loteamentos periféricos destinados às classes de menor poder aquisitivo, ao contrário daqueles voltados às classes de alta renda, a distância e o deslocamento, principalmente em função dos locais de trabalho, apresentando-se como um grande obstáculo à reprodução da força de trabalho, da mesma forma que apresentam problemas relativos à carência de meios de consumo coletivo. (SOGAME, 2001; p. 100)

Assim, há de se considerar os fatores físicos ou geométricos para se determinar a periferia, em referência a mobilidade, como também os fatores sociais e econômicos que, do mesmo modo, podem ser vistos como distâncias, as distâncias entre as classes, entre realidades.

Pautando-se a discussão na existência ou não de mobilidade em relação ao acesso aos serviços e bens de consumo coletivo, analisa-se o fenômeno da segregação socioespacial em cidades médias, sendo essa uma de suas principais características, que, além de definir esse processo, propicia a análise do perfil socioeconômico da população e o processo de urbanização ocorrido em tal área.

De acordo com Almeida e Whitacker (2007), a mobilidade da população geralmente direciona-se ao centro de bens e serviços motivados pelo consumo, sendo o mesmo a marca da sociedade atual; é por esse motivo que acontecem os deslocamentos. O acesso a esses serviços caracteriza o indivíduo e seu local de moradia, e todas essas ações se desenvolvem na cidade tornando-se o local das disputas entre classes sociais.

O acesso ao centro de bens e consumo está além da mobilidade, do fácil acesso. Refere-se, entre outros, à questão econômica, pois, estar geograficamente perto ao centro de bens e serviços não significa tê-los ao alcance. Em áreas pauperizadas, o acesso é deficitário, e mesmo que estejam localizados próximos aos centros não significa que recebam os mesmos investimentos do capital e que usufruam da mesma maneira deles.

Portanto, a localização se apresenta como um elemento importante para a análise não só de áreas segregadas e/ou periféricas, mas ainda do próprio indivíduo que nelas reside, pois, como afirma Souza (2008), a distância vai além do espaço da cidade e passa a definir as pessoas que vivem nessas localidades. Algumas áreas periféricas muitas vezes sofrem com o estigma da criminalidade e com isso os seus moradores passam também a serem discriminados por habitarem nessas áreas, como pontua esse autor:

Nesses locais, não é apenas a carência de infra-estrutura, a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente; a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas) é muito forte. Sérios problemas de integração e de convivência entre grupos sociais costumam estar associados a essa questão. (SOUZA, 2008; p. 68)

Desse modo percebe-se que são fatores que parecem estar agrados ao indivíduo e mesmo que ele tente ou consiga um grau lhe permita mudar para outra localidade, as marcas da convivência passam a acompanhá-lo e o receio de sofrer represálias impede que haja uma mudança para outras áreas. (SOUZA, 2008)

Nesse sentido, M. Santos (1987) reitera que a localização influi significadamente na valorização do indivíduo e do espaço em que vive, principalmente se essa parcela da população estiver locada em áreas marcada pela violência. Esse último, além de um grande desafio social, passa a ser uma desculpa dada a esses moradores pela ausência dos serviços públicos, dos bens de consumo coletivos que passam a se localizar em locais próximo, mas não nas áreas de interesse da população, nos próprios bairros, por exemplo. Sobre isso, reflete-se à luz do supramencionado autor sobre a importância locacional do indivíduo, em que:

Cada homem vale pelo lugar que está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende da sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar onde vive. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987; p. 81)

Desse modo, as pessoas são “valorizadas” de acordo ao local onde vivem e essa se torna passível de mudança a depender da acessibilidade que a população tem. E mesmo que, em essência, possuam as mesmas características, o fator locacional vai preponderar nas relações sociais estabelecidas. Esse juízo de valor tanto “melhor” quanto “pior” abarca a classe pauperizada como também a classe abastarda, sendo que em cada uma o seu valor já está historicamente empregado.

Afirmam ainda Almeida e Whitacker (2007) que a disputa por melhores localizações passa a ser então uma constante, sendo esse um dos fatores que levam à segregação socioespacial. Entretanto, a luta entre classes não será único fator, as políticas de distribuição da riqueza e a ação do poder político interferem nesse processo de forma significativa, sem deixar de mencionar o papel do capital imobiliário que se soma o conjunto de fatores que promovem a segregação.

Enquanto segregados, essa população se vê privada do consumo de outros espaços, visto que a apropriação dos espaços está ligada ao valor de uso, de como podem usufruir desses locais, sem que haja impedimentos do capital na realização da vida em seu cotidiano. Desse modo, para Castells:

Toda problemática social tem origem entre esses dois termos (natureza e cultura) através do processo dialético mediante o qual uma espécie biológica (particular, dividida em classes) o homem se transforma e transforma seu meio ambiente em sua luta pela vida e pela apropriação diferenciada do produto de seu trabalho. (CASTELLS, apud VILLAÇA, 1998; p. 148)

Nesse sentido, o autor aponta que no ato de se apropriar do espaço, essa população ultrapassa e foge a lógica de dominação do capital, visto que o espaço da apropriação é o espaço da realização da vida cotidiana do indivíduo, mas que se apresenta como alheio ao mesmo. Na medida em que vence as barreiras que o capital lhe impõe, consegue realizar e expressar sua vida cotidiana.

Portanto, ao passo em que o indivíduo se apropria do espaço, e tenta tomar o seu lugar de vivência vai usufruindo as possibilidades conquistadas. Ao passo que a sociedade influenciada pelo capital que molda e fragmenta o espaço, reproduz essa lógica de dominação, e nesse (des) compasso, a idéia de um espaço livre e acessível, parece uma realidade distante, utópica, porém, passível de realização.

Formação de áreas segregadas em Vitória da Conquista/BA: o bairro Cruzeiro

Apresentando-se como um centro de influências no interior da Bahia e desempenhando importantes funções como uma cidade média na rede urbana, Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do Estado, com uma população aproximada de 306.000 habitantes, distribuídos numa área de 3204 km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a uma distância de 509 km da capital Salvador.

O município integra o Território de Identidade homônimo, com mais vinte e três municípios (Figura 01), fazendo limites com Anagé, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Planalto e Belo Campo.

O município de Vitória da Conquista passou por um processo de formação e construção histórica marcada por conflitos e lutas pelo uso e ocupação do solo, em decorrência da apropriação desigual por estrangeiros das terras que pertenciam à população nativa que aqui vivia. E esse processo que em seu cerne começou desigual, revelou suas contradições ao longo do processo de crescimento da cidade e expansão do seu tecido urbano, tendo o mesmo iniciado na direção norte/sul da cidade mesmo sentido da nascente do rio Verruga que cortava a cidade, segundo afirma Ferraz (2001).

O município que, em 2010 completou, 170 anos de emancipação política, e, que para muitos foram anos de crescimento e desenvolvimento, vê as mazelas da cidade retratadas na forma como sua população ainda bastante pauperizada, principalmente as que sobrevivem nas áreas periféricas pobres, desfrutam desse “crescimento” e “desenvolvimento”.

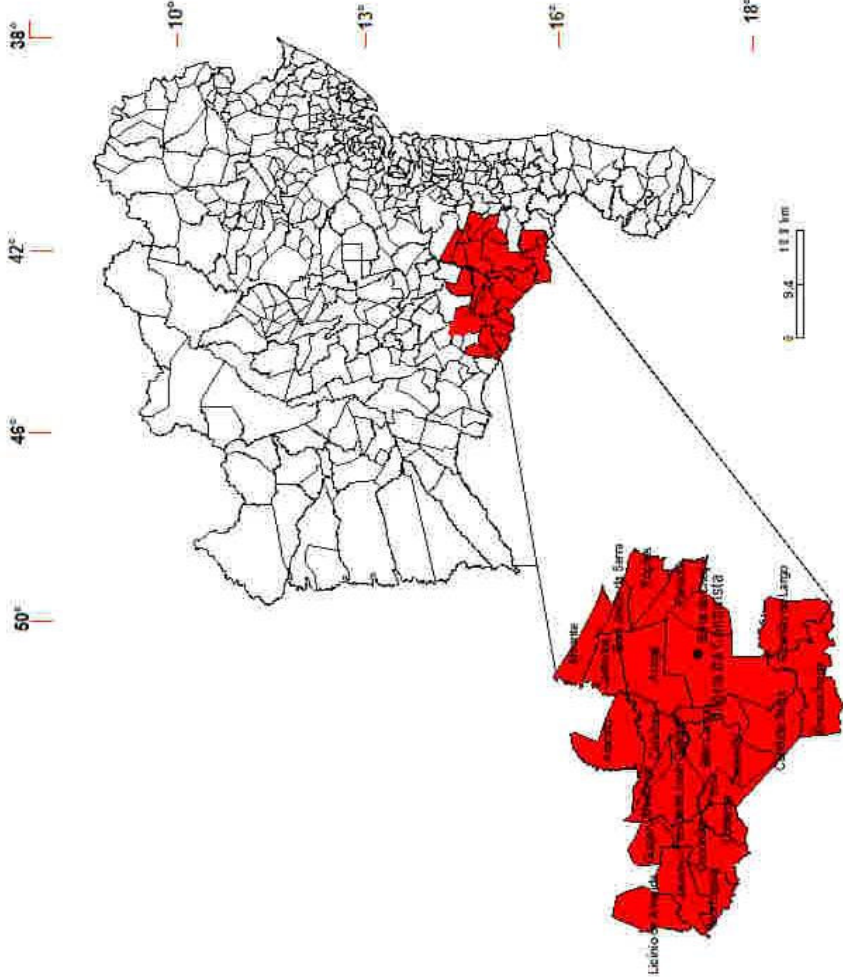
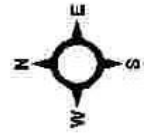
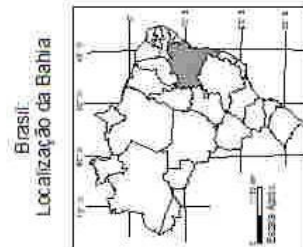
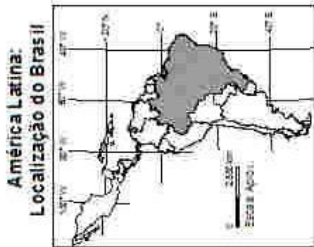


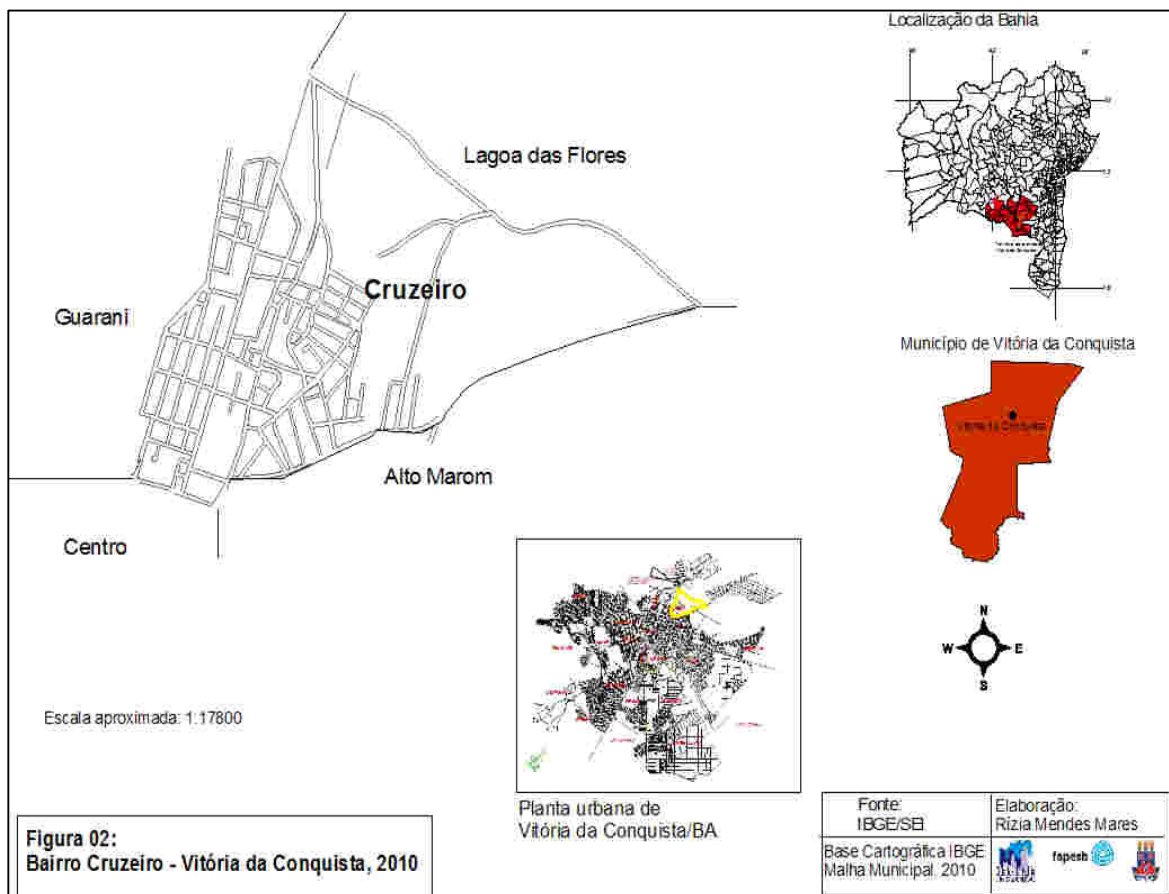
Figura 01:
Localização do Território de Identidade de Vitória da Conquista na Bahia

Fonte: IBGE/SEI	Elaboração: Rizla Mendes Maires
Base Cartográfica IBGE Malha Municipal / 2010	

Há de se considerar, porém, que durante as últimas décadas, para os técnicos da Prefeitura Municipal, o município tem apresentando algumas melhorias no que tange à qualidade de vida da população; entretanto, foram ações que serviram apenas como paliativos, nada que alterasse a estrutura desigual que historicamente permeia as relações na cidade, mas antes serviram de fomento à mesma.

A área de estudo não foge à regra da cidade, o bairro reflete as desigualdades plantadas na cidade de Vitória da Conquista, apresentando características que evidenciam a forma como os processos espaciais fazem parte da dinâmica de uma cidade.

O bairro Cruzeiro situa-se à norte da cidade, em direção à Serra do Periperi (Figura 2), limitando-se com os bairros: Alto Marom, Centro, Guarani e Lagoa das Flores. Apresenta uma população aproximada de nove mil habitantes, segundo dados da Unidade de Saúde da família do bairro, apresentando características socioeconômicas distintas entre os moradores, o que acaba por definir relevos diferentes no bairro, além de um cotidiano diferente em cada área em que se subdivide. Foi desse ponto em que o barro se localiza próximo à nascente do rio Verruga que se deu o crescimento espacial da cidade.



As disparidades que o bairro reflete causam uma separação dentro do mesmo. Assim, entre os residentes, o bairro é dividido em duas partes: Petrópolis, o Loteamento Jardim Petrópolis, e o Pedrinhas, esse último, por sua vez, ainda é novamente subdividido. Essa divisão, por vezes, gera conflitos nos interesses da comunidade e certo estranhamento, pois muitos residentes do bairro não se reconhecem como moradores do bairro Cruzeiro, essa questão envolve fatores como a própria visão, muitas vezes preconceituosa, que a cidade tem do bairro, que acaba gerando esse tipo de pensamento.

A área em estudo recentemente passou por um processo de dotação de infraestrutura urbana que, a princípio, começou pelo lado leste do bairro, com o calçamento das ruas, implantação de redes de esgoto e iluminação. Ainda assim, os moradores do bairro Cruzeiro anseiam por novos equipamentos urbanos que, em tese, pudessem oferecer uma melhor qualidade de vida. Essas obras foram de responsabilidade do Estado que escolheu o seu momento de atuação nesse bairro que é um dos mais antigos da cidade.

Há registros de atividades econômicas voltadas para essa área em que se localiza o bairro atualmente que datam de meados da década de 1920, com a utilização da Rua do Cruzeiro (Av. Antonio Nascimento) por onde passavam os viajantes e as boiadas que cortavam a cidade. Entretanto, mesmo sabendo das carências por que sempre passou a população que reside no bairro, o setor público se fez presente no bairro muito recentemente após projetos e campanhas federais, mesmo tendo o setor público municipal afirmado que não há preferências de áreas para execução de obras, a prioridade são as áreas carentes.

O bairro Cruzeiro sempre apresentou uma população de baixo poder aquisitivo, carências em serviços e infraestrutura, uma população pauperizada não somente pela renda, mas pela cultura, pela escolaridade, pela política, enfim, sempre foi uma comunidade que tentou sobreviver lutando contra as carências que sofridas, enquanto que as áreas mais privilegiadas de Vitória da Conquista não paravam de construir, transformando-se em verdadeiros canteiros de obras.

É perceptível o interesse de construção em determinadas áreas motivados, sobretudo, pelo capital imobiliário, que investe em áreas de maior status na cidade, pois as mesmas representam um retorno pelo capital investimento. Enquanto que as áreas onde residem os pobres são postas em detrimento, ou são postas como reservas para entrarem no mundo do setor imobiliário urbano.

Assim, consideram-se as palavras de Souza (2008) quando afirma que o Estado é um agente promotor da segregação pelo tratamento diferenciado em determinadas áreas de uma cidade. O mesmo autor pontua que:

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por detrás...), ao investir diferentemente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras formas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, com o agente repressor, via de regra na tentativa de “colocar os pobres no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma política cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres. (SOUZA, 2008; p. 90)

Assim, vê-se que o Estado cumpre seu papel ao se observar a existência de áreas como o bairro Cruzeiro, em que a população pobre ocupa da maneira que pode o espaço da cidade, condicionando a reprodução da vida desses moradores aos comandos de outrem.

Como outros, o bairro demonstra uma dependência ao Centro, à cidade como um todo, em serviços como a saúde, educação e, principalmente, por não haver muitos espaços de lazer e de convivência. Assim, a população se vê privada desses bens por não tê-los ao seu alcance ou por ter de realizar grandes e difíceis percursos para usufruí-los em outros espaços.

Essas distâncias, assim como pontua Souza (2008), resultam do crescimento da cidade. Vitória da Conquista teve seu tecido urbano dilatado, assim como também aumentaram as necessidades da população, principalmente a residente na área em questão, pois, mais que a distância geográfica, o bairro apresentam um distanciamento econômico, pois o fator renda influi na forma como esses moradores consomem e produzem o espaço urbano de Vitória da Conquista.

Nesse sentido, Souza (2008) ainda enfatiza que as distâncias, tanto a geográfica como a socioeconômica fazem surgir subcentros de comércio e serviço na intenção de minimizar o deslocamento da população para os grandes centros, quando precisam consumir algo mais que o cotidiano, ponderando as funções que a cidade desenvolve na rede urbana.

Assim, percebe-se que, no caso do bairro Cruzeiro, mesmo fazendo limite com o Centro, muitos moradores, principalmente os que residem na parte leste, “escolhem” manter relações com o bairro Alto Marom, por dispor de serviços cotidianos como mercados, lotérica, escola, transporte coletivo, e por estar mais próximo da área em que residem, ao invés de se deslocarem até o Centro para ter acesso aos mesmos serviços. Assim, o bairro Alto Marom figura-se como uma extensão do Centro Tradicional, levando em consideração a escala em estudo.

A população residente no bairro presencia e sente a corrida desenvolvimentista de Vitória da Conquista, presencia no ato de observar as transformações por que passa o solo urbano, e sente ao perceber que o mesmo “progresso” não está ao seu alcance; ou seja, vivem em meio a ausências, a carências na luta cotidiana para sobrevivência. Souza (2008)

ilustra ações que ao menos minimizariam a condição dessas áreas segregadas quando pontua que:

Melhores condições na habitação, na escala da casa e também na escala do local de moradia em sentido mais amplo, na esteira de investimentos públicos em infra-estrutura técnica e social, em habitação popular, em regularização fundiária etc., devem contribuir para uma diminuição dos preconceitos contra os espaços segregados típicos das cidades brasileiras, especialmente no caso das favelas. Menos preconceitos podem ter, a médio ou longo prazo, uma repercussão bastante positiva na auto-estima coletiva, o que, por sua vez, é um componente importante de um processo de desenvolvimento urbano autêntico. (SOUZA, 2008; p. 83)

Sendo assim, enquanto não se realizam atividades que promovam melhorias na condição de vida da população, maiores investimentos na estruturação das áreas carentes, educação social no sentido de disseminar o respeito às diferenças, sejam elas de ordem social, econômica, ou racial para que assim, não há motivos nem razões para se discutir o verdadeiro desenvolvimento de uma cidade.

Ademais, há de se considerar a força da população que, quando organizada, leve às autoridades os pleitos da comunidade em que reside numa forma de fortalecer as relações entre si, e somar forças para alcançarem os objetivos do coletivo. Sobre isso Lefebvre pontua que:

Se os habitantes das diversas categorias e “estratos” se deixam manobrar, manipular, deslocar para aqui e para ali, sob o pretexto de “mobilidade social”, se aceitam as condições de uma exploração mais apurada e mais extensa que outrora, tanto pior para eles. Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através da mediação de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir). (LEFEBVRE, 1969 apud: ALMEIDA; WHITACKER, 2007, p. 114)

Portanto, essas formas de organização para luta devem figurar como ferramentas para a população segregada no intuito de romperem com as estruturas que os condicionam a essa realidade de privações e carências e que a essa população possa ser dada a voz para denunciar as mazelas em que vivem.

Considerações finais

A vivência em uma sociedade injusta e díspare apresenta-se como um desafio cotidiano para a população segregada, mesmo porque é uma luta que se trava entre as estruturas sociais da cidade que fomentam esses processos de exclusão, discriminação e até mesmo repulsão das pessoas que residem nessas áreas.

Entretanto, existem formas de reivindicar e trabalhar na intenção de fazer com que esses processos sejam limados da sociedade. Evidente que isso não se realiza rapidamente, mas deve ser uma meta a seguir, a ser alcançada para que haja um real desenvolvimento não somente do espaço urbano de uma cidade, mas principalmente um desenvolvimento humano.

Ou seja, buscar uma alternativa que fosse capaz de romper com as estruturas de dominação de poder econômico, não estabelecendo assim uma diferenciação tanto de áreas como também de pessoas, com se ambos apenas apresentassem valor por aquilo que podem oferecer, ou que podem ser explorados. Tratar o homem como homem, não como mercadoria a ser regateada aos mandos e desmandos da economia capitalista que subjuga, subordina, a força da sociedade organizada.

Cabe assim, uma análise aprofundada das relações que se estabelecem na sociedade atual para buscar uma tentativa de motivar a população para a luta, afim de que possam alcançar êxitos em seus pleitos e mudar essa estrutura desigual a qual pertencem.

Referências:

ALMEIDA, A. R. de A. J. WHITACKER, A. M. Segregação socioespacial em cidades médias: diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o jardim cinquentário e o Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente – SP. In: **Geografia em atos**, Presidente Prudente, v.2, n. 7, 2007, p.71- 87.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: nova Fronteira, 1993.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção Vitória da Conquista**: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Urupês, 1969.

LOJKINE. J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SEABRA, O. C. de L. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. In: **Geografares**, Vitória, v. 1 n. 1, 2001, p.73-79.

SOGAME. M. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. In: **Geografares**, Vitória, n. 2, 2001, p.95-103.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.